

PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nair Yumiko Kobashi*
Joliza Chagas Fernandes**

RESUMO

Reflexões sobre a Organização da informação, com base em referenciais pragmáticos. Salienta-se a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a produção de Informações documentárias e sua recepção. Nessa perspectiva, caracteriza-se a Análise documentária como uma metodologia de Organização da informação para a produção de Informações documentárias. Apresenta, por fim, o processo de elaboração de informações documentárias, à luz das teorias pragmáticas, discutindo a leitura documentária como um tipo particular de recepção de textos pragmáticos, indagando-se sobre as possibilidades de sua automatização.

Palavras-chave: Organização Conhecimento. Representação da Informação. Informação Documentária. Pragmática Linguística. Recepção de Textos Pragmáticos.

1. INTRODUÇÃO

O informacionalismo é uma das características distintivas do contexto econômico e social contemporâneos. De acordo com Castells (1999), o informacionalismo é um modo de desenvolvimento associado à reestruturação do modo de produção capitalista. A informação tornou-se, sob essas condições, um bem de primeira necessidade que baliza as atividades humanas, sejam elas da esfera privada ou da esfera pública.

A estreita associação entre informação e tecnologias da informação é outra característica do informacionalismo. Semelhante associação afeta cada aspecto da vida em sociedade, tornando premente a reflexão epistemológica, em razão de seus impactos sobre as ações de informação, em particular sobre a área da Organização da informação

As ações de informação têm lugar no interior de regimes de informação (GONZÁLEZ DE GOMES, 1996, 1999). São, nessa concepção, ações de natureza política, que impõem a explicitação das concepções (ou ideologia) a elas subjacentes.

Postula-se, aqui, inicialmente, que o acesso à informação é um direito social, um aspecto fundamental da cidadania. Um segundo pressuposto refere-se às esferas da economia

* Escola de Comunicações e Artes-Universidade de São Paulo, Doutor em Ciências - nykobash@usp.br

** Universidade Federal do Mato Grosso, Aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicações e Artes-Universidade de São Paulo
jolizah@usp.br

e da política, as quais sobredeterminam, em larga medida, as condições do intercâmbio informacional. A diversidade, em suas várias dimensões (social, cultural, econômica), é, portanto, aspecto fundamental a ser considerado nas ações de informação. Terceiro postulado: as ações de informação são do âmbito da práxis social. Assim, as reflexões sobre a organização da informação em redes sociotécnicas não estão desvinculadas de sua institucionalização em contextos socialmente determinados.

Um aspecto central nos processos acima referidos é a *representação da informação*, termo que se reveste de múltiplos significados. Duas definições, ancoradas na relação sógnica, balizam o conceito de representação adotado neste texto. A primeira é a definição clássica de Benveniste: "A função do signo é representar, de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de seu substituto" (BENVENISTE, 1974, p.51)¹.

Na definição peirceana, representar é também substituir: "Estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é compreendido por alguma mente como se fosse a outra coisa" (PEIRCE, 1977, p. 61).

No campo da Organização da informação, "representação" é um conceito pré-teórico, de contornos vagos. Sua assimilação à noção de substituto, tal como nas definições lingüística e semiótica, permite melhor delimitar o significado no contexto da Organização da informação.

De fato, representação descritiva e representação temática são operações de produção de substitutos de documentos, muito embora realizados de forma empírica. O empirismo dessas operações já foi observado por Jean-Claude Gardin:

[...] é sem dúvida uma operação semântica, mesmo que ela não obedeça, na maioria das vezes, a nenhuma espécie de regra precisa, e que cada organismo de documentação, e mesmo cada analista, se limite a buscar, neste caso, certa regularidade interna, fundada muito mais na experiência ou no hábito, do que em algum tipo de procedimento explícito. (GARDIN, 1974, p. 81-82).²

Reflexões de cunho teórico sobre as operações de representação são relativamente recentes. O uso crescente das máquinas informáticas tornou imperativa a explicitação de inúmeros processos documentários. De fato, as práticas irrefletidas, repetitivas e mecânicas foram interpeladas, em larga medida, pelas tecnologias de processamento automático da informação. Nesse contexto, as atividades de representação descritiva puderam ser mais

¹ L'ê role du signe este de représenter, de prendre la place d'autre chose en l'évoquant à titre de substitut.

² [...] est de toute évidence une opération sémantique. Même s'il est vrai qu'elle n'obéit le plus souvent à aucune espèce de règle précise, et que chaque organisme de documentation, chaque analyste même, se borne à viser en l'occurrence une certaine *régularité* interne, fondée sur l'expérience ou l'habitude plutôt que sur aucune procédure explicite.

facilmente mecanizadas. O mesmo não ocorreu com a representação de conteúdos informacionais, em razão da dificuldade de automatizar o ato de interpretar textos.

Criar algoritmos potentes para analisar textos, condensá-los e classificá-los ou criar linguagens documentárias por meios automáticos são, ainda hoje, tarefas humanas não transferíveis, na totalidade, para as máquinas. As promessas de automatização total das atividades de tratamento de conteúdos e sua tradução em descritores não foram ainda cumpridas. Serão um dia? Os experimentos realizados atualmente fixam horizontes modestos: parece ser mais factível criar sistemas de auxílio à elaboração de resumos e índices do que criar sistemas efetivamente inteligentes. Com efeito, apesar de inúmeros avanços obtidos, as pesquisas sobre o processamento de textos são, ainda, hipóteses de trabalho em teste, insuficientes para substituir, com qualidade, o trabalho intelectual humano.

Representar é um termo ambíguo. Pode ser entendido como processo ou como produto. Para evitar usos polissêmicos do termo, define-se representação como processo e *Informação documentária* como o produto das operações de representação. A Informação documentária é, assim, expressão material das operações de representação. Em outras palavras, a Informação documentária é documento elaborado a partir do documento.

A Informação documentária é, portanto, documento que substitui o documento; sua função primordial é filtrar informação. Na condição de substituto, é equivalente ao documento analisado, caracterizando-se, pois, como informação segunda, de natureza referencial.

O conceito de representação, nos termos aqui discutidos, remete necessariamente à discussão da significação. As abordagens sobre a representação estão, de uma ou de outra forma, vinculadas a modelos lingüísticos ou semióticos (FERNANDES, BENTES PINTO, AZEVEDO NETO, 2005), sejam eles de recorte estatístico ou semântico. Nesse sentido, a metalinguagem da área da Organização da informação foi inspirada em teorias estruturalistas. Signo, significante, significado, eixos paradigmático e sintagmático, arbitrariedade e funções da linguagem são termos que integram o sistema conceitual da Análise documentária. A virada pragmática impôs novos olhares sobre a significação, fenômeno também incorporado às teorias contemporâneas sobre os usos da linguagem no tratamento e recepção da informação. A visão pragmática introduziu, na área, outras noções igualmente importantes: texto, contexto, comunicação e recepção são algumas delas.

É a vertente pragmática que se pretende explorar neste texto, ainda que de forma preliminar. Lança-se, tão somente, um olhar sobre alguns conceitos do Pragmatismo lingüístico, com o objetivo de explorar as possibilidades de operacionalização desses conceitos nas atividades de produção de Informações documentárias.

2. PRAGMATISMO LINGÜÍSTICO E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Trazer a pragmática para a área da Ciência da Informação pode ser uma tarefa complexa; é, todavia, um exercício possível, pois a pragmática, na perspectiva semiótica, preocupa-se com a relação entre os signos e os usuários dos signos (MORRIS, 1938 apud ARMENGAUD, 2006). Essa relação é, de resto, onipresente nos processos informacionais. A pragmática favorece as reflexões sobre os contextos em que ocorrem as operações de organização de registros documentais; favorece, igualmente, a análise e a compreensão dos processos de busca e recepção de informação.

No âmbito pragmático, o sentido das interações comunicativas é determinável apenas dentro de contextos sociais específicos. Vale notar, portanto, o valor heurístico dessa abordagem para pensar e desenvolver modelos de organização, tratamento e recuperação da informação.

É no contexto que se compreende a “situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., portanto tudo que é necessário saber para entender e avaliar o que é dito” (ARMENGAUD, 2006, p.13).

Decorre dessa compreensão a idéia de que as informações armazenadas em sistemas serão estoques inertes, sem fluxo, na ausência de mecanismos de interação entre o pólo da produção e o pólo da recepção. Na ausência de delimitadores de significados, o usuário torna-se refém dos efeitos indesejáveis provocados pela ambigüidade das informações armazenadas.

Delimitar contextos é, portanto, a primeira tarefa a ser empreendida nos processos de organização da informação. Para isso, é necessário dispor de definições operacionalizáveis. Recorremos, inicialmente, à caracterização proposta por Armengaud (2006, p.79). De acordo com a autora, os contextos podem ser analisados sob múltiplas perspectivas:

- a) Contexto circunstancial, factual, existencial, referencial – refere-se à identidade dos interlocutores, seu ambiente físico, o lugar e o tempo em que as mensagens são trocadas.
- b) Contexto situacional ou paradigmático – contexto culturalmente mediado. A “situação” é qualificada socialmente, comportando uma ou várias finalidades e um sentido imanente partilhado pelos protagonistas. As práticas discursivas se inserem em situações definidas tacitamente ou por proclamação específica. As mensagens proferidas fazem sentido nesse contexto específico, porém, transplantadas para outra situação, deixam de fazê-lo por serem incongruentes.
- c) Contexto interacional – Os interlocutores desempenham papéis propriamente pragmáticos: propor, objetar, retratar. Um ato de fala chama outro, sob pressão seqüencial.

d) Contexto pressuposicional – constituído por tudo o que é compartilhado pelos interlocutores: pressuposições, crenças, expectativas e intenções.

A abordagem de Armengaud indica que é mais fácil reconhecer a existência de diferentes contextos do que delimitá-los operacionalmente para os fins da organização da informação.

Elas requerem redefinição antes de serem submetidos à operacionalização; além disso, os métodos, procedimentos e regras devem ser explícitos para se adequarem às condições de produção e recepção em sistemas de informação. O quadro, apresentado abaixo, procura expressar operacionalmente as várias facetas do contexto em ambientes de organização e busca de informação.

TIPO DE CONTEXTO	FACETAS DO CONTEXTO
Circunstancial, factual, existencial, referencial	Dispositivos informacionais institucionalizados
Situacional ou paradigmático	Áreas de conhecimento/atividades
Interacional	Interfaces de mediação
Pressuposicional	Expectativas

QUADRO 1 – Classificação dos Contextos (Armengaud, 2006., p.7) e facetas correspondentes na Organização e recuperação de informação.

As correspondências acima propostas serão explicitadas a seguir:

- a) **Contexto circunstancial, factual, existencial, referencial/Dispositivos informacionais institucionalizados:** consideram-se aqui, as diferentes unidades e dispositivos de informação (serviços de informação, bibliotecas, arquivos e museus, sejam eles tradicionais, eletrônicos ou digitais) e sua vinculação institucional.
- b) **Contexto situacional ou paradigmático/Áreas de conhecimento/atividades:** contexto no qual se explicitam as finalidades da unidade de informação; definem-se, assim, as áreas do conhecimento imanescentes aos dispositivos informacionais e a linguagem do sistema.
- c) **Contexto interacional/Interfaces de mediação:** contexto de organização e busca de informação. Definem-se neste âmbito as hipóteses de organização e de acesso à informação. É, portanto, instância dialógica de negociação de sentidos. As mediações podem ser interpessoais ou por meio de interfaces eletrônicas.
- d) **Contexto pressuposicional/Expectativas:** contexto ao qual se subordinam as Interfaces de mediação. As expectativas são compartilhadas tacitamente ou por proclamação. São antecipações determinadas pelo Contexto circunstancial e situacional.

Aborda-se, a seguir, a definição de **Informação pragmática**, entendida como um conjunto total de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões, sentimentos e presentes nas situações de interação (DIK, 1989). A Informação pragmática se desdobra em Informação geral, Informação situacional e Informação contextual.

Segundo o autor, a **informação geral** diz respeito ao mundo, às suas características naturais e culturais - são informações de longo prazo armazenadas na memória, como também as informações referentes a outros mundos, possíveis ou imaginários. A **informação situacional** se relaciona à percepção que os interlocutores têm da situação em que se encontram. A **informação contextual**, por sua vez, deriva das expressões lingüísticas trocadas no convívio social (DIK, 1989).

A mesma dificuldade de operacionalização do conceito de Contexto, de Armengaud, se apresenta em relação ao termo Informação pragmática. Ele se presta a múltiplas interpretações, dada a sua extensão conceitual. A discussão de González de Gomes sobre o termo informação traduz o problema:

(...) tal como o de 'democracia', produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, 'informação', como construção e sintoma da sociedade contemporânea, designa algo que se desdobra em vários planos de realização — todos eles, quaisquer que sejam suas características, transcendidos por valores semânticos e quadros normativos, da ordem do ideacional, e ancorados no solo de sua inscrição ou manifestação, da ordem do visível e do temporal (GONZALES DE GOMES, 1999, p.3).

Pode-se, todavia, assimilar a Informação documentária à Informação pragmática. Os desdobramentos propostos por Dik (1989) são da ordem do valor assumido pela informação em cada situação de comunicação. No caso da Informação documentária, não parece ser possível definir seu valor, *a priori*. Dito de outro modo, a Informação documentária assume diferentes funções e valores em contextos, ora como informação geral, ora como informação situacional ou mesmo como informação contextual. Esse valor é atribuído pelo usuário nos eventos de interação com o sistema de informação.

Com base nas questões colocadas, podem ser sistematizados os principais parâmetros contextuais da organização da informação:

INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA = objeto

Valor da informação: geral, situacional ou contextual.

PRODUÇÃO

COMPONENTES CONTEXTUAIS	CARACTERÍSTICAS
DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS INSTITUCIONALIZADOS	Características da instituição à qual se subordina o dispositivo de informação: aspecto definidor da missão do dispositivo.
ÁREAS DE CONHECIMENTO E/OU ATIVIDADES	Áreas específicas de atuação do dispositivo: identificação dos textos pragmáticos a serem analisados, serviços e produtos a serem ofertados
INTERFACES DE MEDIAÇÃO	Linguagens de tratamento, disponibilização de informação, arquitetura e interfaces de comunicação congruentes com a linguagem do usuário.
EXPECTATIVAS	Compartilhamento tácito ou por proclamação sobre a abrangência de atuação do dispositivo.

QUADRO 2 – Organização da informação: componentes contextuais e características pragmáticas

Resumos e índices, típicos produtos referenciais de informação, definem-se como informações de natureza pragmática, produzidos para fins específicos. Elas significam plenamente em contextos de organização e recuperação de informação. Não se atribui a elas outros valores que não os de evocação; resumos e índices, como já afirmado, têm função sígnica: estão no lugar do documento original e o substitui por manterem com ele relações de semelhança.

A legitimidade e eficácia das informações documentárias e os valores que assumem em cada contexto, são, pois, limitadas; elas se propõem a significar em contextos de comunicação documentária. Dito de outro modo, a Informação documentária é informação de sistemas de informação. O modo de produzi-los requer operações específicas, que serão expostas no próximo item.

3. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA

As informações documentárias são consideradas indispensáveis em muitos contextos. No entanto, pouco se tem discutido o modo de elaborá-las. O tema se reveste de importância indiscutível diante da proliferação crescente de objetos informacionais que circulam nas redes eletrônicas. Seu reuso implica identificá-los de forma precisa.

Como elaborar, ou fabricar informação documentária em contextos de complexidade crescente, é um problema que tem centralidade nas reflexões sobre as ações de informação.

A abordagem do tema, porém, tem ficado esquecida no âmbito das pesquisas em Ciência da Informação. A produção de informações documentárias não tem recebido a devida atenção, tendo tido primazia as investigações sobre os instrumentos de conversão e

padronização, ditas linguagens documentárias, em suas diferentes versões (taxonomias, tesouros e ontologias). Há, portanto, lacunas as serem preenchidas nas pesquisas sobre a indexação e a elaboração de resumos, ou seja, sobre os processos de representar informação. A discussão a que nos dedicaremos, a seguir, refere-se precisamente a esses processos. São retomados, de forma breve, alguns conceitos e processos, apenas para apresentar a concepção subjacente à abordagem sobre as formas de elaborar informação documentária.

Como ponto de partida, será feito um retrospecto esquemático do percurso de construção da Análise Documentária. Ela é a área, do campo da Organização da informação, que se dedica à pesquisa sobre a produção de informação documentária. Afirma-se, em uma primeira abordagem, que ela é um método de análise e condensação de textos, que adota referenciais linguísticos. Semelhante abordagem foi motivada pelo reconhecimento da insuficiência dos processos automáticos de indexação, praticados nas décadas de 1950 e 1960, que se baseavam, predominantemente, em métodos de cálculo estatístico de ocorrência e frequência de formas significantes para identificar informação.

O arqueólogo e pesquisador francês da Ciência da Informação, Jean-Claude Gardin, pioneiro nas teorizações sobre a classificação automática baseada em princípios linguísticos inaugurou, com o Syntol (CROS et al, 1964; GARDIN, 1973), um novo patamar de discussão, de cunho epistemológico, dos processos de representação documentária.

Os métodos propostos por Gardin devem ser analisados em perspectiva histórica, tendo como pano de fundo (ou contexto), o estado da arte das teorias linguísticas e das tecnologias computacionais então disponíveis (1960-1970). Deve-se lembrar que, nesse período, a análise linguística considerava a palavra e a frase como objetos observáveis. As teorias sobre o texto e o discurso eram incipientes, tendo sido de fato áreas de pesquisa com certa expressão, apenas a partir dos anos 1980. As tecnologias e algoritmos computacionais, por sua vez, eram potentes apenas para tratar dados numéricos, porém pouco adequados para processar textos.

O mérito de Jean-Claude Gardin, portanto, está menos nos resultados obtidos e mais na perspectiva teórica e metodológica proposta: ele foi responsável pela incorporação definitiva das questões da semântica linguística aos processos documentários. Em sua formulação teórica, a Análise documentária é uma modalidade de análise e interpretação de textos; os instrumentos de representação de informação são, por sua vez, linguagens, isto é, sistemas de significação, por ele caracterizadas como mentalinguagens.

A Análise documentária tem, desde seu nascimento, o texto como objeto de análise. Deve-se lembrar que a passagem das teorias linguísticas fincadas no sistema, portanto de

recorte saussuriano, às teorias discursivas e textuais, são atribuídas à pragmática lingüística. Nessa perspectiva, uma gramática do texto, sistematizada pelos pesquisadores da Lingüística Textual, foi incorporada à análise de textos para fins documentários. Segundo a Lingüística textual, as formas de expressar mensagens tendem a se estabilizar em tipos, com o fim de garantir os efeitos de sentido desejáveis na recepção.

Assim, uma história (narrativa) apresenta estrutura que pode ser sistematizada nos seguintes constituintes (quem, faz o quê, quando, onde, como, porquê). Um texto argumentativo pode apresentar variantes estruturais tais como: tese/augmentos/conclusão ou problema/hipótese/metodologia/resultados/conclusão. O texto descritivo, por sua vez, apresenta dois componentes básicos: o objeto e suas predicções. As formas de tratar textos para fins de condensação, segundo suas características tipológicas, encontra-se desenvolvida em trabalhos anteriores (KOBASHI, 1994, 2008). Deve-se assinalar, ainda no âmbito da Análise documentária, a formalização da indexação, apoiada na Diplomática, proposta por Guimarães (1994). Ela foi sistematizada por meio da análise de textos jurídicos, tendo sido estendida a outros tipos de textos. Os trabalhos de Campos (2001), sobre a organização de unidades de conhecimento, baseadas na análise de facetas, de Ranganathan, e na Conceptologia de Dahlberg, são contribuições que enriquecem o campo da organização da informação. Dentro da abordagem pragmática deve-se considerar também o trabalho de Dodebei (2002), que desenvolve os conceitos de representação documentária e tesouros. A abordagem pragmática, embora muitas vezes não enunciada, permeia inúmeros trabalhos referentes à organização da informação e do conhecimento. Uma exploração mais aprofundada do que já foi produzido poderá mostrar as vertentes nas quais se ancoram esses trabalhos. Essa tarefa não é, porém, objeto deste trabalho.

Na Análise documentária, o texto é concebido como objeto que se basta a si mesmo. Por ser dotado de coesão, coerência e redundâncias, pode ser submetido a operações analíticas para fins de condensação. Essas operações requerem, contudo, métodos ancorados em regras explícitas, que fazem sentido no interior de um jogo. (FROHMANN, 1990). O jogo aqui é, naturalmente, aquele que tem lugar nas atividades de Organização e Recuperação da informação.

Semelhante conceptualização poderá ser estendida para o processamento automático: sugere-se que os textos sejam caracterizados tipologicamente antes de serem classificados na lógica dos Digital Type Documents (DTDs). Reconhecida a organização estrutural do texto em componentes funcionais, podem esses fragmentos ser marcados por meio de linguagens como o XML para processamento computacional.

A Informação documentária, produzida intelectualmente ou por algoritmos, é produto de operações de semantização pragmática. O processo supõe a condensação de textos e posterior reescritura sob formas previamente definidas.

A condensação é antecedida de operações analíticas de desmontagem do objeto de análise para hierarquizar informação, selecionar aspectos relevantes e padronizar as formas de expressão. Os textos são, assim, interrogados de forma metódica para deles serem extraídas informações. A Análise documentária é, nessa medida, processo de recepção de textos.

A recepção pode referir-se a “actividades sumamente variables del *receptor*” (STIERLE, 1987, p. 89). Não serão tratadas as múltiplas atividades que podem ser enfeixadas nos atos de recepção. Será considerada apenas a recepção de *textos pragmáticos*, denominação que Stierle utiliza em oposição aos *textos de ficção*. Nessa concepção, todo texto produz um excedente de comunicação. A leitura, sob orientação pragmática, recorre a filtros para eliminar tais excedentes.

A leitura, considerada na perspectiva da Documentação, se faz sob coerções pragmáticas. Dito de outra maneira, requer distância pragmática do leitor frente ao texto. A recepção do texto resulta de dupla expectativa: de um lado, das questões relativas à finalidade do texto produzido e, de outro, da ação exigida pelo texto, no contexto documentário (STIERLE, 1987, p. 99).

A recepção do texto pragmático vincula-se à esfera da ação em que é realizada: lê-se para determinar o conteúdo informacional do texto, uma operação cognitiva que utiliza filtros para determinar seu tópico. Em seguida, formata-se o texto para que ele possa ser armazenado em sistemas. A partir daí, funcionalizado como Informação documentária, entra em novos processos de recepção. Na indexação, eliminados os excedentes, procura-se representá-los por meio de signos de uma linguagem construída.

A recepção pragmática implica definir o “eixo de pertinência” da recepção (STIERLE, 1989, p. 109). Indaga-se, desse modo, sobre as condições da automatização da recepção de textos pragmáticos.

Um sistema automático deve dispor de bases de conhecimentos para operar em universos simbólicos, estando apto, portanto, a interpretar textos em contextos pragmáticos. A criação de algoritmos para sumarizar e representar textos não parece ser tarefa trivial. De fato, os atuais sistemas automáticos de condensação de textos adotam, prioritariamente, métodos estatísticos de identificação de formas significantes, realizando, em certos casos, análises de natureza morfo-sintáticas.

Em alguns sistemas de indexação automática, ou assistidos por computador, há outras funcionalidades agregadas: os segmentos considerados informativos são comparados aos descritores de uma linguagem documentária armazenada no sistema. Esta última opera, neste caso, como paradigma para padronizar as formas de representação.

A análise (para identificar conteúdo informacional) e a representação (processo de padronização) são operações distintas. A identificação do conteúdo informacional (condensação) e sua representação padronizada são procedimentos de Análise Documentária.

A linguagem documentária é o instrumento utilizado para padronizar a indexação (a representação por meio de descritores). Tais linguagens são sistemas de significação construídos. “Não são meras nomenclaturas ou listas de palavras e expressões utilizadas para etiquetar documentos para armazenamento. Ao contrário, são instrumentos essenciais para haver interação e diálogo entre sistemas de informação e usuários” (KOBASHI, 2007). Por analogia com os sistemas lingüísticos, afirma-se que as linguagens documentárias são paradigmas (*langue*) utilizados para padronizar as formas de expressão representativas das mensagens documentárias (*parole*).

As terminologias e a linguagem comum fornecem insumos para produzir os referidos paradigmas. Neles, as relações entre termos e palavras são estabelecidas pragmaticamente (CINTRA et al, 2002). Sua elaboração não prescinde de parâmetros contextuais, os quais orientam a seleção de termos e sua organização lógico-semântico-pragmática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é uma reflexão sobre as Ações de informação em perspectiva pragmática, com foco nas relações entre a Pragmática lingüística e a Organização da informação.

Procurou-se evidenciar no texto a importância das investigações sobre a Análise documentária, aqui caracterizada como uma abordagem metodológica dos subprocessos de Organização da informação. Nesse sentido, foram apresentados os principais processos da Análise documentária, reinterpretados à luz da Pragmática lingüística. As linguagens documentárias foram abordadas apenas para caracterizar seu papel na produção de Informação documentária.

O Contexto é conceito central nas teorias pragmáticas. Esse conceito foi discutido com base na formulação de Armengaud (2006). Discutiui-se também o conceito de Informação pragmática, proposto por Dik (1989). Constatou-se que a Informação documentária apresenta traços que permitem assimilá-lo, sob certos aspectos, à Informação pragmática. Observou-se,

no entanto, que Informação pragmática é conceito tão polissêmico quanto Informação, portanto, também de difícil operacionalização.

A leitura documentária foi aqui caracterizada como uma forma de recepção de textos pragmáticos. É, portanto, operação contextualizada que se vincula à esfera das ações de informação. O distanciamento do receptor em relação ao texto é condição para a eliminação pertinente de excedentes, operação que pode ser fundada na hierarquização de informação. Reforça-se, desse modo, a argumentação sobre a pertinência das tipologias textuais, propostas pela Linguística do texto, para fundamentar metodologicamente os processos de obtenção de substitutos de documentos (KOBASHI, 2008).

Para finalizar, é necessário considerar o informacionalismo, contexto no qual se realizam as ações de informação. No informacionalismo, a convergência tecnológica modifica as condições de produção, acesso e recepção de bens simbólicos. Nesse universo cambiante, a reflexão epistemológica torna-se imperativa, sendo condição para pensar os novos modos de responder aos problemas informacionais. A referência, embora pontual, às pesquisas já realizadas no campo da Organização da informação indica que há, no país, conhecimento teórico relativamente consolidado sobre aspectos das ações de informação, em particular sobre a informação documentária e as formas de produzi-la.

É fato reconhecido que o trabalho com a informação requer competências diversificadas. Espera-se que a abordagem pragmática, já reconhecida como necessária para fundamentar os processos de Organização da Informação, possa interessar aos pesquisadores de que se dedicam à automatização da análise de textos.

Acredita-se que o processamento automático de textos, cuja dependência da compreensão dos complexos problemas da linguagem parece evidente, e a explicitação rigorosa de processos para gerar algoritmos, poderá se beneficiar das idéias sobre as tipologias textuais. Estas últimas poderão ser integradas às regras de caracterização de DTDs (Digital Type Documents) para marcação de segmentos de textos por meio de linguagens como o XML. Assim identificados, poderão ser ampliadas as condições de sua manipulação e interrogação por meio de ontologias. É de se esperar que um trabalho efetivamente interdisciplinar de produção de informação documentária resulte em oferta de informação cada vez mais qualificada para uso social.

LINGUISTIC PRAGMATICS AND INFORMATION ORGANIZATION

ABSTRACT

Epistemological reflection regarding Knowledge and Information Organization, based in Pragmatic theories. In this sense, a better understanding of the documentary information production, is considered necessary. Documentary Analysis processes, as a methodological tool to represent knowledge as information is also discussed. As a final question, the documentary processing of texts, as a particular kind of pragmatic texts reception is discussed, also questioning about the possibilities of its automatic processing.

Key-words: Knowledge Organization. Information Representation. Documentary Information. Linguistic Pragmatics. Pragmatic Texts Reception.

REFERÊNCIAS

ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**, Paris: Gallimard, 1974 (v.2).

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades de conhecimento: o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria**. Rio de Janeiro (Tese de doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002.

DIK, S.C. 1989. **The Theory of Functional Grammar**. Providence. Foris Publications.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FERNANDES, Joliza C.; BENTES PINTO, V; AZEVEDO NETTO, C. X. Representação Indexal na WEB: Estudos do Sintagma. **Informação & Sociedade. Estudos**, João Pessoa - Pb, v. V.15, n. 2, p. 181-212, 2005.

GARDIN, Jean-Claude. **Les analyses de discours**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974, p. 81-82.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide . Da Organização do Conhecimento às Políticas de Informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.58 - 66, 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-31, 1999

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Análise documentária de jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas**. São Paulo (Tese de doutorado em Ciências) Escola de Comunicações e Artes-USP, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. São Paulo (Tese de doutorado em Ciências) Escola de Comunicações e Artes-USP, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação - v.8 n.6, p. 1-10, 2007.

KOBASHI, Nair Yumiko. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. In: Nádea Regina Gaspar; Lucília Maria Souza Romão. (Org.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. 1 ed. São Carlos: EduFscar, 2008, v. 1, p. 47-66.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977

STIERLE, Karlheinz. ?Qué significa “recepción”em los textos de ficción? In: P. MAYORAL, José Antonio (Org) **Estética de la recepción**. Madrid, Arco/Libros, 1987